

# Contribuições africanas para o ensino do Jornalismo: As experiências de Angola, Moçambique e Cabo Verde

Edwin dos Santos Carvalho\*

## Resumo:

**O** artigo apresenta resultados preliminares de um Estudo de Casos Múltiplos que analisa as estruturas curriculares, matrizes teóricas e práticas pedagógicas que sustentam o ensino de Graduação em Jornalismo em Angola, Moçambique e Cabo Verde. O objeto empírico é formado por nove instituições que oferecem cursos regulares na área do Jornalismo, sendo três em cada país. O Corpus consiste no levantamento das informações contidas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), além dos relatos de professores, alunos e coordenadores das instituições selecionadas. Esta é uma pesquisa qualitativa que inclui observação participante das práticas pedagógicas, aplicação de questionários com estudantes e realização de entrevistas em profundidade com os docentes. A hipótese levantada é de que os modos de ensinar Jornalismo nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa PALOP podem trazer contribuições singulares para a formação de jornalistas em diferentes partes do mundo.

Palavras-Chave: Pedagogia do Jornalismo; PALOP; África; Ensino Superior.

---

\*Professor da Universidade Federal do Cariri(UFCA) e Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

# African contributions to the teaching of journalism: The experiences of Angola, Mozambique and Cape Verde

---

Edwin dos Santos Carvalho\*

---

## Abstract

The article presents preliminary results from the Multiple Case Study that analyzes the curricular structures, theoretical matrices and pedagogical practices that support the undergraduate journalism education in Angola, Mozambique and Cape Verde. The empirical object is formed by nine institutions that offer regular courses in the area of Journalism, three in each country. The Corpus consists of information contained in the Pedagogical Course Projects (PPC), in addition to the reports of teachers, students and coordinators of the selected institutions. This is a qualitative research that includes participant observation of pedagogical practices, questionnaires with students and in-depth interviews with teachers. The hypothesis is that ways of teaching journalism in Portuguese Speaking African Countries PALOP can make unique contributions to the training of journalists in different parts of the world.

Keywords: Pedagogy of Journalism; PALOP; Africa; Higher education.

---

\* Professor at the Federal University of Cariri (UFCA) and PhD Student of the Graduate Program in Journalism at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), Brazil

## Introdução

O jornalismo enquanto atividade intelectual vem sendo exercido por profissionais especializados há pouco mais de dois séculos. É verdade que antes disso já existiam jornais e pessoas que neles escreviam. Porém, embora os primeiros periódicos impressos tenham surgido no século XVI, para autores como Bourdieu (1997), só é possível pensar na constituição do campo jornalístico a partir do século XIX, quando o jornalismo se desvinculou da narrativa literária, definindo linguagem, técnicas de redação e estilo próprios.

A implantação das primeiras escolas superiores de Jornalismo em todo o mundo coincide com a profissionalização da atividade e com o fortalecimento dos grandes jornais. Inspiradas, incentivadas e, em alguns casos, financiadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a UNESCO, as universidades dos países em desenvolvimento, o que inclui o Brasil e grande parte das nações africanas, passaram a adotar predominantemente o modelo norte-americano de jornalismo, introduzindo técnicas utilizadas até hoje, como o lead e a pirâmide invertida no processo de produção da notícia.

Desde que o estadunidense Walter Williams implantou a primeira escola de Jornalismo do mundo, em 1908, na Universidade de Missouri, a preocupação acerca de como deve ser a formação dos jornalistas tem mobilizado instituições e pesquisadores de vários países. Os criadores das primeiras escolas de Jornalismo alertavam para a necessidade de “formação acadêmica e o treinamento profissional de nível universitário como meios de responder às suspeitas do público e ataques dos críticos” (Rüdiger, 2017: 18). Também nos Estados Unidos, Joseph Pulitzer já defendia, desde o final do Século XIX, a formação universitária dos profissionais da imprensa, contrariando o pensamento que predominava na época de que o jornalismo se aprende no ambiente das redações.

Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de Doutorado realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no Brasil, a respeito de experiências de ensino do Jornalismo no continente africano. Durante seis meses, a pesquisa foi realizada em Angola, Moçambique e Cabo Verde, período em que foi possível conhecer os modelos de formação acadêmica que vêm sendo adotados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), incluindo o acompanhamento das aulas e outras atividades acadêmicas (eventos, Projetos de Extensão, reuniões de professores, entre outras). Os três países foram escolhidos por apresentarem diferentes propostas curriculares para a formação dos seus jornalistas e por possuírem semelhanças históricas e culturais com o Brasil.

Embora os PALOP também incluam São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, os dois países ficaram de fora da pesquisa. O primeiro por ainda não possuir formação superior na área do Jornalismo e o segundo por ter apenas uma instituição a formar jornalistas. Diante desta realidade, optámos pelos PALOP que possuem uma experiência mais robusta de formação académica dos profissionais da imprensa, com ensino regular do Jornalismo em diferentes instituições.

O estudo procura identificar contribuições africanas para o ensino internacional do Jornalismo: estruturas curriculares, matrizes teóricas e práticas pedagógicas adoptadas nos PALOP com potencial para serem utilizadas em outras partes do mundo. Buscamos responder a questões como: como é ensinar jornalismo em contextos políticos diferentes do Brasil? Que outras abordagens teórico-metodológicas são possíveis? Quem são os autores africanos de língua portuguesa que produzem reflexões sobre o campo jornalístico? Quais as percepções que teóricos, professores e profissionais de imprensa dos PALOP têm a respeito do Jornalismo? Que métodos de avaliação podem ser utilizados além daqueles que já são adoptados nas escolas de Jornalismo brasileiras?

Talvez pela similaridade de factos históricos que aproximam Brasil e África, é possível pressupor que muito do que aprendemos sobre o jornalismo em território brasileiro seja equivalente ao conhecimento partilhado pelos africanos de língua portuguesa. Todavia, esta pesquisa parte da hipótese de que os modos de ensinar jornalismo nos PALOP podem trazer contribuições singulares para escolas de Jornalismo de outras regiões do mundo.

É importante salientar que a noção do que vem a ser singular no ensino de Jornalismo nos PALOP tem como ponto de partida a análise da realidade brasileira. Durante um semestre, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC analisaram os Projetos Pedagógicos de dezenas de cursos de Jornalismo oferecidos por instituições públicas e privadas das cinco regiões do Brasil. Parte do resultado está no livro *O Ensino de Jornalismo sob as Novas Diretrizes: miradas sobre projetos em implantação*, lançado em 2018 pela Editora Insular. Com o resultado da pesquisa, associado a outras análises de currículos consultadas para este estudo, foi possível ter um panorama de como o Jornalismo vem sendo ensinado em território brasileiro. Com este diagnóstico, partimos em busca de aspectos singulares no ensino internacional do Jornalismo, uma singularidade relacionada às especificidades das escolas de Jornalismo, ou seja, a aspectos da formação dos jornalistas africanos que sejam diferentes do que observamos nas escolas brasileiras. O diferente aqui não pressupõe juízo de valor.

## Sobre a pesquisa de campo: percurso metodológico

Esta é uma pesquisa qualitativa que tem como aporte metodológico o Estudo de Casos Múltiplos, com observação participante das práticas pedagógicas, aplicação de questionários com os estudantes e realização de entrevistas em profundidade com os docentes. Para a realização da fase empírica, foram selecionadas nove instituições de nível superior que oferecem cursos de graduação na área do Jornalismo, sendo três em cada país. Em Angola, as instituições analisadas são a Universidade Agostinho Neto (UAN), a maior universidade pública angolana, a Universidade Privada de Angola (UPRA), primeira a oferecer um curso de Comunicação Social, e o Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA), todos situados na capital, Luanda. A pesquisa foi realizada durante os meses de março e abril de 2018.

Em Moçambique, o período de observação foi de 25 de abril a 24 de maio de 2018. Os três cursos de Jornalismo escolhidos para a análise são os oferecidos pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), pela Escola Superior de Jornalismo (ESJ) e pela Universidade Pedagógica, todas instituições públicas situadas na capital do país, Maputo. Em Cabo Verde, as instituições analisadas são a Universidade de Cabo Verde (pública), Universidade Jean-Piaget de Cabo Verde (privada) e Universidade de Santiago (privada), as duas primeiras situadas na capital, Praia, e a terceira na cidade de Assomada, todas na Ilha de Santiago, a mais populosa do arquipélago. Entre os dias 26 de maio e 6 de Julho de 2018, foi possível acompanhar as dinâmicas dos cursos das três instituições.

Por ocasião da realização da XIII Conferência da Lusocom, uma nova incursão foi realizada em Moçambique entre os dias 23 de novembro e 12 de dezembro de 2018. Neste período, foram visitados alguns veículos de comunicação (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique e seus respectivos centros de formação profissional). Também foram entrevistados o presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas, Eduardo Constantino, e alguns professores da Universidade Eduardo Mondlane que não haviam sido localizados durante a primeira visita ao país, finalizando assim a fase empírica do estudo.

Yin (2001: 89) define o Estudo de Caso como uma forma de investigação empírica que pressupõe coleta, análise e interpretação dos dados, a partir da construção de um Protocolo de Campo que deve conter todos “os procedimentos e as regras gerais que devem ser seguidas ao utilizar o instrumento”. A partir das recomendações do autor, foram elaborados o Protocolo de Campo e os questionários aplicados junto a professores, coordenadores de curso e alunos das

instituições selecionadas. O protocolo continha itens como uma Carta de Apresentação da pesquisa e um relatório de campo, no qual eram redigidas as informações colhidas diariamente.

Três tipos de questionários padrão foram elaborados para serem respondidos pelos professores, coordenadores e alunos das escolas de Jornalismo de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Em relação aos docentes e coordenadores, optámos pela realização de entrevistas semi-estruturadas: havia um questionário padrão com perguntas que deveriam ser respondidas por todos os professores, mas outras questões surgiam na medida em eram observadas características dos Planos de Ensino de cada entrevistado. Cada questionário continha perguntas sobre itens como a elaboração dos Planos de Ensino, os métodos de avaliação dos estudantes, os recursos didáticos utilizados em sala de aula, as principais referências teóricas e a experiência profissional na área do Jornalismo.

Nos três países, foram entrevistados 56 professores nas nove instituições de ensino. Três critérios foram adoptados para a escolha dos docentes que seriam entrevistados: primeiro, optámos pelos responsáveis por disciplinas ligadas diretamente à área do Jornalismo; segundo, entrevistámos docentes cujas disciplinas e Planos de Ensino apresentavam aspectos singulares (no método de avaliação, na bibliografia, na abordagem de uma temática específica ou em algum outro item identificado). Além disso, foram entrevistados os docentes que se dispuseram a participar, voluntariamente, da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, também foram aplicados questionários com os estudantes. Ao todo, foram colhidos 191 inquéritos em Angola, 264 em Moçambique e 56 em Cabo Verde, totalizando 511 questionários respondidos. Os inquéritos foram aplicados, prioritariamente, em turmas do segundo e terceiro anos de Jornalismo de cada instituição. Ficaram de fora os estudantes do primeiro ano, uma vez que, na maioria das instituições, as disciplinas ligadas diretamente à área do Jornalismo são oferecidas a partir do segundo ano do curso. Embora algumas turmas do quarto ano tenham participado da pesquisa, encontrámos dificuldades em reunir os estudantes pelo facto de muitos já não terem mais aulas presenciais, dedicando-se à produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso.

Os questionários dos estudantes eram aplicados em sala de aula, de modo voluntário. Com o apoio dos professores, cada estudante era incentivado a discorrer sobre quatro questões: Por que você escolheu o curso de Jornalismo? Como você avalia o seu curso? O que é Jornalismo para você? Em qual veículo de comunicação gostaria de actuar e por quê? Após a aplicação dos

questionários, havia um debate sobre as características do Jornalismo em cada país. Com essas questões, será possível identificar as concepções dos alunos a respeito do Jornalismo, suas inclinações profissionais e os modos como avaliam suas formações. O número de estudantes consultados variou em função da disponibilidade de cada instituição para que os questionários fossem aplicados em sala de aula. Porém, na maioria dos casos, pelo menos 40% dos estudantes matriculados participaram da pesquisa.

Para identificar as matrizes teóricas que fundamentam o ensino do Jornalismo, além da observação das bibliografias contidas nos programas e planos de ensino e dos relatos dos professores nas entrevistas, foram catalogados os acervos na área da Comunicação e do Jornalismo de todas as bibliotecas das instituições selecionadas, bem como os títulos e temas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) produzidos pelos estudantes de cada curso. Em relação aos TCCs, o objetivo da catalogação é identificar as áreas de maior interesse dos estudantes de Jornalismo e se os trabalhos são predominantemente reflexões teóricas ou análises de produtos midiáticos. Este indicador é importante porque é possível que os estudantes se inclinem para um perfil mais técnico ou reflexivo, a depender do modelo de formação proposto por cada escola.

Ora como ouvinte ora como professor convidado, as aulas eram o ambiente em que havia interação direta com os estudantes e aonde era possível acompanhar os métodos de ensino e as práticas docentes. Direta e indiretamente, participávamos de atividades acadêmicas como reuniões de Colegiado, eventos científicos e atividades de pesquisa e extensão. O período de permanência em cada curso também foi suficiente para acompanhar as práticas de laboratórios disponíveis, bem como identificar as soluções encontradas pelos professores em instituições nas quais esses laboratórios ainda não existem.

## **Influências estrangeiras na África: a UNESCO**

Os autores divergem em relação aos precursores do ensino do Jornalismo no continente africano. Segundo Santos (1992), a primeira escola de Jornalismo de África foi implantada em Gana, no ano de 1958, na capital, Acra. Com a ajuda de entidades como a UNESCO, a Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ), a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e alguns países aliados, nações como Marrocos, Quênia, Argélia, Nigéria e Zâmbia “criaram suas escolas logo depois de se tornarem independentes, nas décadas de 50 e 60” (Santos, 1992: 38).

Entretanto, de acordo com Allam (2017: 97), a origem do ensino do jornalismo em África é anterior: desde os anos 1930, a Igreja Metodista, por meio da American University, já realizava programas acadêmicos em Jornalismo e Comunicação de Massa no Egito. Cinco anos mais tarde, aponta a autora, a Universidade do Cairo “estabeleceu uma instituição para edição, tradução e jornalismo. A Faculdade de Comunicação de Massa a ser considerada uma das mais importantes instituições de comunicação do mundo árabe”, reconhecida internacionalmente e recebendo estudantes de elite vindos de diversos países. Até o início dos anos 1950, afirma Topuz (1970: 147), “em toda a África não havia mais que duas escolas de jornalismo”.

De acordo com o antropólogo Darcy Ribeiro (1969), projetos de americanização do ensino superior foram trazidos ao Brasil por meio de programas internacionais de ajuda financeira a pesquisadores brasileiros e latino-americanos. Eram programas que continham “conteúdos políticos não explícitos”, numa clara tentativa de implantar uma “política internacional de colonização cultural” (Ribeiro, 1969: 24). No continente africano, não foi diferente. Instituições como a UNESCO e fundações norte-americanas e europeias já produziram diretrizes e propuseram modelos de formação de jornalistas direcionados principalmente a países de África. Como foi possível observar em campo, essas instituições permanecem no continente africano, oferecendo subsídios e equipamentos para algumas escolas de Jornalismo, ao mesmo tempo em que procuram exercer alguma influência nos currículos das universidades.

Criada em 4 de novembro de 1946 como o organismo da ONU responsável pela promoção da liberdade de expressão e do acesso à informação e ao conhecimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, dedica, desde a sua fundação, especial atenção ao ensino do jornalismo, sobretudo nos países em desenvolvimento. Em 1948, preocupada com a possibilidade de instrumentalização do jornalismo a serviço do bloco socialista da Guerra Fria, “a UNESCO começou a criar centros de formação de professores de Jornalismo nas várias regiões do terceiro mundo” (Meditsch, 1992: 60).

Em 1956, após reunir em Paris jornalistas e professores de jornalismo de 25 países, a entidade propôs uma política internacional para os meios de informação, que incluía recomendações de como deveria ser o ensino do Jornalismo em todo o mundo. O documento produzido durante o encontro enfatizava que “a qualidade da informação depende da compreensão, dos conhecimentos, das qualidades profissionais e do sentido de responsabilidade do jornalista” (Gabel, 1967: 92).



Nos anos seguintes, a UNESCO passou a oferecer sessões de estudos para professores das escolas de Jornalismo das universidades, especialmente dos países em desenvolvimento. Os cursos eram ministrados pelo Centre universitaire d'enseignement du journalisme (CUEJ), da Universidade de Estrasburgo, França, criado em 1957, “a fim de analisar os métodos de formação de jornalistas” (Topuz, 1970: 147) e pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina (CIESPAL), criado em Quito, no ano de 1959, com o mesmo objetivo do centro de formação francês.

A primeira experiência de atuação da UNESCO na formação de jornalistas em África ocorreu em Dakar, Senegal, no ano de 1961, com um curso de quatro meses realizado no país com financiamento da entidade. Em novo encontro realizado em Paris, em 1962, os membros da Organização definiram que “a preparação para as Carreiras de Informação deveria beneficiar-se de uma destacada prioridade para o programa de desenvolvimento dos Estados africanos” (Gabel, 1967: p. 94). As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma forte presença da UNESCO na formação dos jornalistas no continente africano. O Projeto Regional de Treinamento para Estudantes da África Oriental e Central, levado a efeito pela Organização, possibilitou a criação dos primeiros cursos em países como o Quênia, na Universidade de Nairóbi.

De acordo com o professor sul-africano Guy Berger (2011), somente nas duas últimas décadas a UNESCO reconheceu as especificidades do ensino do Jornalismo em países do Centro-Sul. A partir dos anos 2000, a Organização passou a realizar ações efetivas como o apoio a uma pequena rede internacional de professores de Jornalismo e a realização de workshops para a implantação de currículos que levassem em conta temas como jornalismo de direitos humanos em África.

Em 2005, o organismo das Nações Unidas teve a iniciativa de elaborar um modelo curricular para o ensino superior do Jornalismo em países em desenvolvimento e democracias emergentes. Apresentada durante o 1º Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo, realizado em junho de 2007 em Cingapura, a concepção de currículo propõe uma formação que possibilite aos estudantes “a aquisição de conhecimentos gerais amplos, bem como conhecimento especializado em um campo que seja importante para o jornalismo” (UNESCO, 2007: 6).

Embora considere o estudo em cursos universitários como a fonte básica de formação dos jornalistas, o modelo também contempla um programa de ensino que pode ser adaptado para a formação profissionalizante. O modelo original de currículo proposto pela UNESCO, adotado e adaptado em mais de 60 países, contempla três níveis de formação: “bacharelado (três ou quatro

anos); mestrado de dois anos (para estudantes que estudaram ou não jornalismo anteriormente); e um programa de estudos de dois anos que pode ser considerado como uma preparação básica para a profissão de jornalista” (UNESCO, 2007: 11). Nele, a entidade descreve o conjunto de disciplinas consideradas essenciais para a formação do jornalista, com seus respectivos programas e planos de ensino, além da indicação de bibliografias para professores e alunos. Em 2013, a Organização publicou um novo compêndio de currículos, incluindo a criação de disciplinas que abordam temas atuais como a sustentabilidade dos meios de comunicação social, gênero e jornalismo, jornalismo de dados e tráfico de pessoas.

Nos PALOP, a UNESCO financiou o Projeto de Desenvolvimento dos Media em Moçambique, que incluiu a elaboração do dossiê *Review of Journalism and Communication Education and Training in Mozambique*. O documento, elaborado no ano 2000, propõe um modelo de formação acadêmica dos jornalistas a ser seguido pelos países da África Austral. Naquela ocasião, o país tinha apenas a Escola de Jornalismo oferecendo formação específica na área, em nível médio. Os moçambicanos Namburete e Vieira Mário (2001) redigiram o Relatório Final do projeto, que foi apresentado no Seminário sobre o Ensino e Formação em Jornalismo e Comunicação em Moçambique, realizado em Maputo, em maio de 2001. O documento norteou grande parte das discussões acerca da implantação dos cursos de nível superior criados no país logo em seguida.

Além de propor modelos curriculares para o ensino do jornalismo, a UNESCO contratou professores da Escola Superior de Jornalismo de Lille (França) e da Escola de Jornalismo e Estudos de Mídia da Rhodes University, da África do Sul, para “promover a excelência na educação africana de jornalismo” (Berger, 2011: 34). O trabalho resultou na produção do relatório **“A necessidade de um jornalismo de qualidade na África: construção de centros de excelência”**, documento que aponta vinte potenciais instituições de ensino cujos esforços de capacitação institucional poderiam ajudá-las “a se tornarem Centros de Excelência auto-sustentados. Como tal, eles gradualmente assumirão um papel importante na região, ajudando outras universidades a atingir níveis similares” (UNESCO, 2019: online).

O levantamento foi realizado em 96 instituições de ensino de 36 países de África, das quais apenas seis estavam localizadas em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Os especialistas contratados pela UNESCO organizaram um ranking das vinte melhores escolas de Jornalismo da África, definindo oito potenciais Centros de Excelência em Jornalismo no continente africano, localizados nos Camarões, Quênia, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Senegal e Uganda. Os critérios de qualidade incluíram itens como a relação entre teoria e

prática nos currículos, as contribuições para a consolidação de regimes democráticos, a sustentabilidade e as contribuições para o desenvolvimento de cada país. Definidos os potenciais centros, a Organização passou a dar suporte financeiro e logístico para a implantação ou melhoria dos centros existentes.

Nos PALOP, apenas Moçambique foi contemplado pelo projeto das Nações Unidas. Em território moçambicano, a Escola de Jornalismo, até então de nível médio, foi apontada como potencial centro de excelência, o que contribuiu para a elaboração de uma proposta curricular que culminou com a criação da Escola Superior de Jornalismo (ESJ), em julho de 2008, que teve as atividades acadêmicas iniciadas em 2009. Nos últimos trinta anos, a UNESCO tem mantido presença constante nos países em desenvolvimento, actuando diretamente nas áreas da Comunicação e do Jornalismo. O Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC), “único fórum multilateral do sistema da ONU destinado a mobilizar a comunidade internacional para discutir e promover o desenvolvimento da mídia nos países em desenvolvimento” (UNESCO, 2019: online), já mobilizou cerca de 100 milhões de dólares para mais de 1.500 projetos em mais de 140 países em desenvolvimento e países em transição.

### **A influência do bloco socialista**

Se a UNESCO influenciou os modos de ensinar Jornalismo em várias partes do mundo, nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a Europa comunista também teve expressiva influência na formação dos jornalistas. Durante os períodos da Guerra Fria e do monopartidarismo nos PALOP, as antigas colônias de Portugal, já na condição de países independentes, receberam apoio do bloco político comandado pela Ex-União Soviética. Trata-se de um apoio que incluía a capacitação dos profissionais da imprensa. Conquistada a independência, os governos de Angola, Moçambique e Cabo Verde, inicialmente, resistiram aos treinamentos propostos pelo organismo das Nações Unidas. A presença da Organização era encarada como uma suposta ameaça aos planos dos partidos de formar redes fechadas de controle da informação.

Sem escolas superiores de Jornalismo, muitos jornalistas dos PALOP foram estudar fora de África, com bolsas e incentivos concedidos pelos governos dos seus países. Carvalho (2002: 29) lembra que, antes da chegada dos cursos das universidades, “não havendo escolas de Jornalismo em Angola, os candidatos a bolsas de estudo na área do Jornalismo são enviados exclusivamente para países do bloco do Leste”, basicamente a ex-Iugoslávia e a ex-União Soviética, além de Cuba, governos socialistas que davam apoio político ao MPLA, partido que governa o país desde a sua independência, em 1975.

No panorama do mundo soviético, como assinala Boneyto (1966), a estruturação dos conteúdos dos cursos de Jornalismo era marcada por uma metódica formação de fundo ideológico. Com o apoio da Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ) e dos governos que compunham o bloco socialista, diversos cursos de formação foram realizados por países comunistas voltados para estudantes do continente africano. Os cursos ocorriam em centros de formação como a Escola da Solidariedade, criada pela União de Jornalistas Alemães, em Bukov, a Escola Internacional para Formação de Técnicos e Redatores de Agências de Notícias Africanas, na antiga Checoslováquia e o Centro Internacional de Formação de Jornalistas de Países em Desenvolvimento, em Budapeste.

O Plano de Cooperação para o Desenvolvimento da Imprensa, Radiodifusão e Televisão dos Países Chamados em Via de Desenvolvimento elaborado pela OIJ nos anos 1960 tinha como objetivo utilizar o jornalismo como instrumento de combate às desigualdades sociais nos países do terceiro mundo. “A OIJ estima que os jornalistas dos países mais desenvolvidos têm uma dívida para com seus colegas dos países onde o colonialismo retardou o progresso e manteve o povo na escuridão do analfabetismo e da miséria” (Gabel, 1967: 99). Neste sentido, a formação de futuros profissionais seria uma espécie de contrapartida de um fundo de solidariedade internacional.

Naquele período, o então secretário-geral da União Panafricana de Jornalistas, Kofi Batsa, ressaltou que a formação dos jornalistas era um investimento importante, uma vez que era “necessário mobilizar o povo para que siga o exemplo dos chefes de Estado africanos e conduzir o continente a um futuro de grandeza [...] e quem melhor que a imprensa saberia mobilizar o povo?” (Gabel, 1967: 99).

Diversas associações nacionais ou regionais foram criadas no continente africano, com apoio dos países comunistas, para subsidiar cursos de formação de curta e média duração para os profissionais da imprensa. Nos PALOP, os governos também implantaram centros de formação profissional, décadas antes da abertura dos cursos universitários. O mais antigo funciona em Maputo, a Escola de Jornalismo, que em 2019 completa 42 anos de existência, continuando a fornecer cursos técnicos de Jornalismo para estudantes moçambicanos.

Em Moçambique, “na luta armada, o jornalista era também guerrilheiro, mobilizador e activista. Não podia ser observador: combater e reportar o combate eram facetas do mesmo engajamento” (Ribeiro e Sopa, 1996: 141). Neste sentido, era importante preparar tecnicamente formadores de opinião para que também actuassem como disseminadores das ideologias partidárias, conforme apontam autores como Celestino Joanguete (2013). Segundo o autor, a localização da Escola de

Jornalismo dentro de uma entidade política como o Ministério da Informação e, posteriormente, do Gabinete de Informação, “fez com que ela fosse percebida, ao longo de vários anos, como parte do sistema das entidades estatais de informação e propaganda, e não genuíno centro de formação técnico-profissional, fato criador de vários constrangimentos” (Joanguete, 2013: 127). Atualmente, diversos países europeus mantêm uma estreita relação com os PALOP, apoiando ou desenvolvendo projetos nas áreas da Comunicação e do Jornalismo. Universidades portuguesas participaram da elaboração de currículos de escolas de Jornalismo em Angola, Moçambique e Cabo Verde. O Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (Cenjor), de Portugal, também inspirou a implantação de centros de formação similares nos países africanos.

Durante o período de permanência nos PALOP, visitámos os principais veículos de comunicação, entrevistámos alguns dos jornalistas mais experientes e os presidentes dos Sindicatos dos Jornalistas de cada país. Embora não formem o objeto empírico desta pesquisa, os jornalistas profissionais entrevistados, alguns deles professores de cursos de Jornalismo, contaram as suas experiências de formação académica no bloco socialista e os desafios de exercer a profissão no espaço africano lusófono. Os contatos com os profissionais de imprensa e com os dirigentes sindicais foram fundamentais para compreender as especificidades do exercício do Jornalismo e a evolução da formação dos jornalistas em Angola, Moçambique e Cabo Verde.

## O ensino do Jornalismo em Angola

Em território angolano, o ensino superior foi implantado ainda na então colónia portuguesa, em 1962, a partir do decreto que regulamentava a criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola. O primeiro curso de Comunicação Social do país foi criado somente quarenta anos depois, em 2002 (com o início das aulas em 2003), no antigo Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), transformado em Universidade Privada de Angola (UPRA) em 2007. Dois anos depois, a Universidade Agostinho Neto abriu vagas para a primeira turma.

Os cursos superiores de Jornalismo em Angola estão inseridos na categoria Licenciatura, o que, em tese, possibilitaria ao estudante uma formação não somente técnica, mas também uma preparação académica mais aprofundada. Os cursos superiores de Comunicação Social, que somam pouco mais de dez em todo o país, possuem duração de oito semestres letivos, totalizando quatro anos de formação. Para aqueles que não querem cumprir a carga horária da Licenciatura, Angola possui ainda centros de formação profissional públicos e privados com programas de curta duração e temáticas mais específicas como “Jornalismo Televisivo e Comunicação”.

Diferente do Brasil, que possui apenas cursos superiores na área do Jornalismo, Angola dispõe de outras duas modalidades de formação na área: a primeira delas é um curso médio de Jornalismo, de caráter técnico profissionalizante, criado em 1982, pelo governo, com duração de três anos, oferecido pelo Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), por onde passou a maior parte dos jornalistas em atividade. A segunda modalidade é de formação profissional, oferecida pelo Centro de Formação de Jornalistas, mantido pelo governo. Durante muitos anos, o Cefojor funcionou como um centro de formação de quadros para a Rádio Nacional de Angola. Depois, o Ministério da Comunicação Social transformou-o num centro de formação de jornalistas para as mais variadas áreas.

Os cursos de Comunicação Social, em geral, são bastante teóricos nas instituições angolanas. Grande parte dos docentes das universidades não são jornalistas profissionais e aqueles que possuem formação superior específica na área acabam actuando em diversas instituições, não se dedicando exclusivamente a nenhuma delas, uma vez que também actuam nos veículos de imprensa. Também foi possível identificar que há poucas disciplinas técnicas. Isso faz com que os alunos saiam com conceitos muito gerais sobre as várias áreas académicas da comunicação (Publicidade, Relações Públicas, Marketing e Jornalismo), embora a vertente jornalística seja a principal.

Outra constatação foi a escassez de laboratórios para a prática jornalística na maioria das instituições. Quer na área do Jornalismo, da Publicidade ou de Relações Públicas tem havido um grande esforço dos docentes para que as práticas aconteçam de alguma forma. Em todos os países visitados, muitos professores utilizam equipamentos pessoais para darem as suas aulas. Outros aproveitam as estruturas dos veículos de comunicação em que actuam para promoverem visitas guiadas e alguns trabalhos académicos nas empresas jornalísticas.

Durante o período em que a pesquisa foi realizada em Luanda, chamou atenção o grande número de cursos de curta duração oferecidos por jornalistas para estudantes e pessoas interessadas pela área. A maioria desses cursos é particular e não possui chancela do governo, servindo apenas como iniciativas de aprimoramento de técnicas profissionais. Porém, muitas aulas ocorrem em espaços inadequados e sem a estrutura mínima necessária para o aprendizado das técnicas jornalísticas.

Em Angola ainda não há curso de pós-graduação na área da Comunicação Social ou do Jornalismo. Durante o período de permanência em Luanda, a Universidade Privada de Angola divulgou o início de um Mestrado na área do Jornalismo, mas não havia conseguido, até então, abrir a primeira turma.

## O ensino de Jornalismo em Moçambique

Em Moçambique, antes do surgimento do ensino superior em Jornalismo, os profissionais da imprensa moçambicana tinham as seguintes possibilidades de formação: a Escola de Jornalismo, que existe desde 1977, ou os centros de formação da Rádio Moçambique e da Televisão de Moçambique. Naquela época, a UNESCO, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Instituto de Comunicação da África Austral (MISA) também ofereciam cursos de curta duração.

Primeira instituição de formação técnico-profissional de jornalistas dos PALOP, a Escola de Jornalismo de Moçambique, inicialmente, oferecia cursos de capacitação de curta duração, “beneficiando jornalistas já trabalhando nas redações, mas com uma formação académica de base: seis anos de escolaridade era o mínimo exigido pelo Estado para ingresso nos quadros editoriais das diferentes instituições jornalísticas” (Joanguete, 2013: 127). Durante quinze anos, a entidade funcionou sem personalidade jurídica. O Estatuto e o programa curricular da Escola só foram aprovados pelo Ministério da Educação em 1990, possibilitando que a instituição fosse finalmente reconhecida como um centro de ensino técnico-profissional de nível médio no ano de 1992. Atualmente, a Escola oferece cursos de nível médio de Jornalismo, Relações Públicas, Marketing e Publicidade, com duração de três anos.

Criada pelo decreto 27, de 1º de julho de 2008, a Escola Superior de Jornalismo surgiu da ideia de transformar a Escola de Jornalismo em uma Instituição de Ensino Superior em Comunicação em Moçambique, com o apoio da UNESCO. As discussões, que tiveram início no final dos anos 1990, com a visita de técnicos da Nações Unidas, avançaram para a manutenção da Escola de nível técnico-profissionalizante e com a criação da Escola Superior, ambas funcionando no mesmo prédio, na capital, Maputo. Com cerca de 800 estudantes matriculados, a ESJ é a segunda instituição pública a lecionar cursos na área das Ciências da Comunicação, incluindo o Jornalismo.

Dos cursos de Jornalismo visitados nos PALOP, os moçambicanos são os que possuem estrutura mais robusta de universidade. O ensino superior no país foi criado ainda durante o período colonial. “Em 1963 são criados em Lourenço Marques (que viria a se tornar Maputo, atual capital do país) os Estudos Gerais Universitários, os quais, em 1966 passam a ter o estatuto de Universidade” (Rocha, 2000: 201). A primeira experiência de ensino superior público de Jornalismo em Moçambique teve início em 2004, na Universidade Eduardo Mondlane, primeiro e maior estabelecimento de ensino superior do país. A instituição possui uma boa estrutura laboratorial, fruto da parceria com organismos internacionais. Antes disso, a Universidade Politécnica, privada, já havia criado, em 1997, o primeiro curso de Ciências da Comunicação de Moçambique, objetivando “formar licenciados em diversas áreas da comunicação social, proporcionando um quadro institucional para o desenvolvimento do ensino e pesquisa” (Joanguete, 2013: 128).

Ainda em Maputo, a Universidade Pedagógica implantou o primeiro programa de Pós-Graduação em Jornalismo do país. Criado em 2014, o Mestrado em Jornalismo e Estudos Editoriais foi idealizado para formar mestres habilitados para o ensino do Jornalismo e para a edição de livros. Em 2017, o Mestrado passou a ser de Jornalismo e Mídias Digitais. O curso de graduação em Jornalismo foi criado depois do Mestrado, em 2016.

Se em Angola, a base de formação dos estudantes é teórica, em Moçambique, a ênfase que predomina é a da técnica, a do “saber fazer” jornalismo. Neste sentido, foram criadas diversas disciplinas práticas e laboratoriais, mesmo com problemas de escassez de laboratórios, também registado nos outros países. Moçambique é o único dos países visitados em que a formação específica na área não é um pré-requisito para o exercício da profissão.

Em Moçambique, a maioria dos docentes que ocupam cargos de gestão nas principais escolas de Jornalismo do país fez cursos de graduação e/ou pós-graduação no Brasil. Há também professores brasileiros lecionando ou que passaram pelas instituições moçambicanas dando aulas de Jornalismo. Nas entrevistas, eles relataram que o modelo de ensino adoptado pelas escolas de Jornalismo brasileiras influenciou na elaboração dos currículos bem como na estruturação das aulas e práticas pedagógicas.

Outra influência é norte-americana. A partir dos anos 2000, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) intensificou a sua atuação nos países africanos de língua portuguesa. Criada com o intuito de promover “os interesses da política externa dos EUA na expansão da democracia e mercados livres, ao mesmo tempo estendendo a mão a pessoas que lutam para melhorar a vida, se recuperar de um desastre ou se esforçar para viver em um país livre e democrático” (USAID, 2019: Online), a USAID passou a incluir os PALOP em sua política de educação para os países em desenvolvimento, apoiando e financiando ações e projetos voltados para melhorar os indicadores educacionais de países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano, entre os quais Angola e Moçambique.

Especificamente para a área do Jornalismo, a USAID lançou, em 2012, o Media Strengthening Program (MSP), voltado para o fortalecimento dos meios de comunicação social em Moçambique. A iniciativa previa investimentos de aproximadamente 10 milhões de dólares para o desenvolvimento e fortalecimento da mídia moçambicana, dinheiro que seria utilizado em ações de capacitação, formação e assistência técnica aos órgãos de comunicação social, empresas jornalísticas, associações de jornalistas e sociedade em geral.

A parceria com a USAID possibilitou, por exemplo, equipar os laboratórios do curso de Jornalismo da Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA-UEM).



Graças ao apoio internacional, os laboratórios da ECA-UEM possuem computadores de ponta, câmeras de vídeo, máquinas fotográficas e outros equipamentos de boa qualidade doados pela agência norte-americana. O Programa para Fortalecimento da Mídia moçambicana também incluiu a publicação de material didático, como o Guia do Direito à Informação para Jornalistas (IREX: 2016), voltado para profissionais da imprensa do país.

## O ensino do Jornalismo em Cabo Verde

As origens do ensino superior em Cabo Verde remetem a 1979, ano da criação da Escola de Formação de Professores, responsável por compor os quadros para a docência no ensino secundário da ex-colônia portuguesa. A Universidade de Cabo Verde, única instituição pública de ensino superior com caráter de universidade do país, foi instituída pelo Decreto Lei 53/2006, de 20 de novembro de 2006. Na área do Jornalismo, o primeiro Projeto Pedagógico de Curso da UniCV é de junho de 2013. Inicialmente, o curso era de licenciatura em Jornalismo. Na revisão curricular, ocorrida em abril de 2017, a graduação passou a ser de Ciências da Comunicação. Com isto, o Jornalismo passou a ser uma das variantes do curso, junto com a Comunicação Multimédia.

A nova proposta curricular, aprovada em 2017, ampliou a possibilidade de actuação profissional dos estudantes: os alunos passaram a ser habilitados para actuar, além do jornalismo, em assessoria de imprensa, comunicação multimédia, marketing e publicidade. A UniCV foi a primeira instituição do país a oferecer um curso de pós-graduação na área do Jornalismo. O Mestrado em Jornalismo Económico e Informação Financeira, realizado em parceria com a Faculdade de Letras e Comunicação do Porto (Portugal), apresentava como proposta a formação em docência no ensino superior e de especialistas em Jornalismo Económico que pudessem actuar tanto no campo jornalístico quanto na pesquisa.

Antes da implantação da universidade pública, os cabo-verdianos já contavam com uma instituição privada de ensino superior: a Universidade Jean-Piaget de Cabo Verde, inaugurada em 7 de maio de 2001. A instituição foi a primeira do país a oferecer formação académica na área do Jornalismo, no ano de 2002. O curso propõe um modelo de formação transdisciplinar, oferecendo aos seus graduados a oportunidade de actuarem em diversas áreas do mercado da comunicação social. A estrutura curricular do curso de Ciências da Comunicação da UniPiaget privilegia uma forte componente prática, com um grande número de ateliers (oficinas de criação). Embora ofereça aos seus alunos um tronco comum de disciplinas propedêuticas ligadas à área da Comunicação Social, tais como Teorias da Comunicação, Introdução à Semiologia e História da Comunicação, o currículo do curso foi idealizado no sentido de propiciar uma formação especializada no campo do Jornalismo ou da Publicidade.

A terceira experiência de ensino do Jornalismo em Cabo Verde acompanhada por este estudo é o da Universidade de Santiago. Localizada na cidade de Assomada, na Ilha de Santiago, esta é a única escola de Jornalismo visitada nos PALOP fora das capitais dos países. Aprovada pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação para começar a funcionar em 2014, a instituição implantou dois anos mais tarde o currículo do curso de Licenciatura em Jornalismo e Comunicação Empresarial. A união das duas áreas de conhecimento em um mesmo curso deve-se à atual conjuntura económica do país e ao perfil dos media. Cabo Verde não tem nenhum jornal diário. Há apenas dois jornais semanários. As empresas públicas de comunicação detêm praticamente o monopólio da informação no país: as emissoras públicas de rádio e televisão dominam o campo da comunicação e são as que possuem maior audiência.

A crise económica enfrentada pelo país tem reduzido a procura pelos cursos superiores. A Universidade de Santiago não consegue abrir novas turmas de Jornalismo há dois anos e as outras instituições também registaram expressiva queda na demanda por vagas, mesmo o jornalismo sendo uma atividade exercida por lei apenas pelos profissionais com formação académica na área. Estrategicamente, os cursos incorporaram disciplinas e conteúdos voltados à área de gestão, orientando e estimulando os alunos a não apenas serem produtores de conteúdo, mas a criarem suas próprias empresas de comunicação.

Foram as características do mercado local que fizeram com que os cursos de Jornalismo passassem a ser de Ciências de Comunicação. Para entrar na profissão e obter a Carteira profissional, o jornalista tem que ser licenciado em Ciências da Comunicação ou Comunicação Social, havendo necessidade de um estágio de seis meses para a obtenção do registo profissional. Se a formação tiver sido em outras áreas, o estágio é de doze meses. Mas é preciso o diploma de nível superior para o exercício profissional da atividade jornalística.

Embora, formalmente, Cabo Verde não pertença ao conjunto de países signatários da Convenção de Bolonha, o sistema de ensino superior, de alguma maneira, segue os padrões de ensino europeus. No caso específico do ensino de Jornalismo, a influência é predominantemente portuguesa. O Projeto Pedagógico do Curso de Jornalismo da Universidade de Cabo Verde, de 2013, foi elaborado com parceria técnica e pedagógica da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa/Instituto Politécnico de Lisboa (ESCS-IPL). Na UniPiaget, professores ligados à Universidade Fernando Pessoa, do Porto, compuseram a Comissão instaladora da universidade e também do curso de Ciências de Comunicação.

Diferente de Angola e Moçambique, em Cabo Verde não existe formação de nível médio em Jornalismo. Nas escolas superiores que formam jornalistas, os alunos são incentivados a participar de todo o processo de produção da notícia, devendo aprender a manusear as câmeras,

editar vídeos e áudios e operar mesas de som. Porém, apenas uma universidade possui estrutura de laboratório de rádio equipada para a prática do radiojornalismo. Embora haja técnicos ou professores que acompanham as gravações, em Cabo Verde os alunos são os responsáveis pela conservação e utilização dos equipamentos disponíveis. Os regulamentos de uso desses equipamentos ainda estavam sendo elaborados durante a parte empírica da pesquisa.

### **Contribuições dos PALOP para o ensino do Jornalismo: matrizes teóricas**

No início deste artigo, foi lançado o desafio de apontar algumas possíveis contribuições dos PALOP para o ensino internacional do Jornalismo. A primeira contribuição é de ordem epistemológica: cruzar as fronteiras do contexto hegemônico de produção de conhecimento na área do Jornalismo. O Jornalismo, como qualquer outra ciência, constitui um edifício em construção. Como uma obra inacabada, está sujeita a novos direcionamentos, a novos horizontes teóricos. Mas, afinal, que outros caminhos o Jornalismo pode seguir para além dos que já foram traçados, especialmente por pesquisadores norte-americanos e europeus? Este estudo parte da ideia de que um dos caminhos possíveis para a renovação dos Estudos em Jornalismo seja a realização de trabalhos de investigação científica a partir de perspectivas não ocidentais sobre o fenómeno jornalístico.

O arcabouço teórico produzido por pesquisadores europeus e norte-americanos na área da Comunicação e, mais especificamente, do Jornalismo, não pode nem deve ser ignorado. Afinal, foram eles que construíram as bases que permitiram a inserção e o fortalecimento do Jornalismo como disciplina científica. Sem eles, possivelmente, o Jornalismo ainda seria considerado apenas uma atividade profissional e não uma forma social de conhecimento, como defendem autores como Genro Filho (1987) e Meditsch (2012). Entretanto, é fundamental que o jornalismo amplie o seu horizonte teórico, a partir das contribuições de outras culturas, de outras formas de enxergar os fenómenos e o mundo.

Ao longo deste estudo, tivemos acesso às contribuições teóricas de dezenas de autores africanos de língua portuguesa que, a despeito de qualquer dificuldade que encontrem para realizar trabalhos de investigação científica em seus países de origem, estão a produzir conhecimento na área do Jornalismo. E ainda que essa produção seja influenciada por teorias e reflexões exógenas, foi elaborada a partir de contextos africanos: a comunicação social em nações de África analisada sob a ótica de autores do próprio continente.

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa foram renegados à condição de periferia académica, sendo pouco estudados pelos teóricos da área da Comunicação. Pouco sabemos a

respeito das especificidades de Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau para além daquilo que a mídia apresenta. No Brasil, por exemplo, uma consulta prévia dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Jornalismo de vinte universidades brasileiras feita por este pesquisador não identificou sequer um referencial teórico dos PALOP nas bibliografias de todas as disciplinas ligadas à área.

Acreditamos que é preciso reverberar novos modos de pensar o campo jornalístico, a partir de outros olhares, sem desmerecer as indispensáveis contribuições daqueles que se tornaram cânones. Na tese em construção fruto deste estudo, será apresentado um conjunto de autores africanos de língua portuguesa bem como algumas das suas contribuições teóricas para as áreas da Comunicação e do Jornalismo. Deste modo, pretendemos contribuir para que as suas obras possam se tornar conhecidas no Brasil e sugerir que elas possam ser incorporadas nas bibliografias de algumas disciplinas dos cursos de Jornalismo brasileiros.

Ao identificar contribuições de teóricos africanos para o campo do Jornalismo, este estudo pretende combater o racismo epistêmico, termo que designa o “conjunto de dispositivos que recusam a validade das justificativas feitas a partir de referenciais não ocidentais” (Noguera, 2014: 27). Contribuições como as que estão a ser dadas por autores como o angolano Orlando Victor Muhongo (2017), que analisa o impacto das telenovelas brasileiras nos luandenses; o moçambicano Afonso Vaz Vassoa (2010), que apresenta os desafios e oportunidades da África contemporânea frente às questões da Comunicação Social e das relações interculturais, e o cabo-verdiano Silvino Lopes Évora (2018), cuja última obra literária discute comunicação e cidadania, analisam aspectos do campo da comunicação social a partir de contextos sociais, econômicos e políticos africanos, ao mesmo tempo em que estabelecem conexões entre a África e outras partes do mundo, entre elas o Brasil.

### **Contribuições dos PALOP: estruturas curriculares e práticas pedagógicas**

Durante a pesquisa de campo realizada em Angola, Moçambique e Cabo Verde, foram identificadas algumas singularidades nas estruturas curriculares e práticas pedagógicas dos cursos de Jornalismo dos PALOP. Para este artigo, serão apresentados alguns destes aspectos singulares observados nos nove cursos analisados. Sobre a singularidade das experiências, é importante salientar que ela não está relacionada necessariamente a métodos de ensino inovadores ou inéditos. Em muitos casos, ela foi associada aos modos como métodos de ensino e práticas pedagógicas já adoptadas no Brasil foram adaptados a partir dos contextos dos países africanos. Para este artigo, foram escolhidos três aspectos singulares: tradição oral, multilinguismo e o jornalismo visto como modelo de negócio.

Diferente do Brasil, que possui Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Ministério da Educação com orientações de como deve ser a formação superior dos jornalistas, nos países africanos estudados, não há critérios específicos estabelecidos pelo governo para o ensino do Jornalismo. Deste modo, cada escola de Jornalismo dos PALOP define os seus próprios parâmetros curriculares, a partir de códigos deontológicos e instruções normativas que regulamentam a profissão de jornalista em cada país. Se por um lado, esta ausência de Diretrizes Curriculares contribui para a falta de padronização nos modos de ensinar Jornalismo, por outro favorece uma pluralidade de possibilidades formativas e de atuação profissional para os graduados dos cursos.

Uma das singularidades do ensino do Jornalismo nos PALOP é a influência que a tradição oral dos países africanos exerce na formação académica dos futuros jornalistas. Na segunda metade da década de 1970, quando realizou um trabalho de alfabetização de jovens e adultos na Guiné-Bissau, o educador Paulo Freire já havia registado a dificuldade de alfabetizar em países com uma grande variedade de línguas locais. Ele identificou a necessidade de adaptações no sistema de ensino, tendo em vista que em África, de um modo geral, existe uma cultura que é predominantemente auditiva e oral, e não escrita. Naquela época, o patrono da educação brasileira já havia constatado que “antes da leitura silenciosa, numa cultura de memória oral, tem que fazer a leitura em voz alta, e a tarefa deve ser a do educador!” (Freire e Guimarães, 2011: 72).

Traço comum da cultura africana, a oralidade está presente nos métodos de ensino, nas avaliações, na estruturação dos componentes curriculares dos cursos de Jornalismo. Diversas disciplinas foram criadas no sentido de desenvolver as habilidades orais dos futuros profissionais da Comunicação: Retórica e Argumentação (UAN-Angola), Língua Portuguesa com ênfase nas Competências Escritas e Oraís (UAN-Angola), Técnicas de Comunicação e Expressão (ESJ-Moçambique) e Língua Portuguesa III – Oralidade (UniCV- CaboVerde). Nelas, alunos aprendem técnicas a respeito de como devem preparar-se para qualquer tipo de exposição oral e não apenas como devem se portar diante das câmeras ou do microfone. Em grande parte das aulas e avaliações que este pesquisador pôde acompanhar, a ênfase é na apresentação de seminários e na aplicação de provas orais.

Outro aspecto singular é o multilinguismo, característica marcante dos PALOP. Em Angola e Moçambique, dezenas de línguas locais coexistem com o idioma oficial, o português. Já em Cabo Verde, o crioulo se sobrepõe à língua portuguesa, considerada segunda língua para a maioria dos cabo-verdianos. Os modos como cada escola de Jornalismo lida com essa variedade linguística são alvos de apreciação ao longo deste estudo em andamento.

Em primeira análise, o levantamento empírico identificou preocupação de uma parcela dos cursos de Jornalismo com o estudo das línguas nacionais. No curso da Universidade Agostinho Neto, em Angola, por exemplo, há, pelo menos, duas disciplinas de afirmação da identidade local: Línguas Nacionais e Cultura e Literatura Angolana. Em Moçambique, o curso de graduação em Jornalismo da Universidade Pedagógica oferece a disciplina Línguas Bantu como componente curricular obrigatório. Em Cabo Verde, a Língua Cabo-verdiana também é oferecida como disciplina pelo curso de Ciências da Comunicação da Universidade de Cabo Verde. Mas, de um modo geral, o multilinguismo não é levado em consideração pelos professores nos momentos de avaliação. Todo o sistema de ensino é concebido na língua oficial, o português, e sob o domínio dela os alunos devem conduzir a vida académica.

Diferente de Angola e Moçambique, em que o português é a língua que quase todos falam na imprensa e no ambiente académico (pelo menos nas capitais), em Cabo Verde, o crioulo se impõe. Nas universidades, embora as aulas sejam ministradas em português, em diversos momentos, os professores conversam em crioulo com os estudantes. Entre os alunos dos cursos de Jornalismo, a língua local é a preferida. Basta que saiam da sala de aula, ainda nos corredores da universidade, para que voltem a falar em língua materna.

O jornalismo também precisou de se adequar ao palavreado dos cabo-verdianos. Tanto as emissoras de rádio quanto a televisão pública do país mantêm programação alternando o crioulo e a língua portuguesa. Nos telejornais que são apresentados em português, ocorrem algumas situações curiosas. Muitas vezes, os repórteres fazem as perguntas em língua portuguesa, mas os entrevistados respondem em crioulo. As emissoras de rádio e televisão de Angola e Moçambique também incluem na programação a produção de noticiários em línguas locais.

Ainda que o espaço dedicado às línguas nacionais nos cursos de Jornalismo possa ser questionado (seria esse espaço suficiente para a preservação da identidade e da diversidade linguística de cada país?) o facto é que, nos PALOP, o multilinguismo não foi suprimido dos currículos. Todavia, apesar da suposta valorização das línguas nacionais, observamos que falar bem a língua do antigo colonizador é uma forma de distinção social em todos os PALOP. Alguns entrevistados disseram que o português é visto como a língua dos cultos e quem domina as regras do idioma é tratado de modo diferenciado.

Nos cursos de Jornalismo, os modos de falar dos estudantes, que variam em função das suas regiões de origem, não são censurados. Em algumas aulas laboratoriais de Telejornalismo e Rádiojornalismo que este pesquisador teve a oportunidade de acompanhar, não foi percebida

nenhuma tentativa de forjar um “sotaque padrão” a ser perseguido pelos jornalistas, como ainda se observa em cursos de Jornalismo brasileiros. Os alunos aprendem sobre entonação, timbre, pausas vocais, sem necessariamente eliminar seus sotaques regionais, desde que respeitem as regras gramaticais da língua portuguesa.

Outra característica que chamou atenção nos cursos analisados é uma visão empresarial do jornalismo. Diversas disciplinas orientam o futuro profissional a investir em seu próprio negócio: Gestão e Administração dos Media (UAN-Angola), Gestão Estratégica da Comunicação (ISTA-Angola), Criação e Gestão de Empresas Jornalísticas (UEM-Moçambique) e Gestão de Empresas de Comunicação Social (UniPiaget-Cabo Verde) são alguns exemplos. Deste modo, os estudantes agregam outros conhecimentos necessários à gestão das empresas jornalísticas, oriundos de áreas como Administração, Finanças e Recursos Humanos. São capacitados para serem não apenas produtores de conteúdo, mas para que tenham condições de actuar também como gestores em empresas de comunicação social.

## Considerações finais

Durante o período de realização da pesquisa de campo, foi possível acompanhar as condições de produção do conhecimento na área do Jornalismo e as diferentes estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes dos países africanos dentro e fora de sala de aula. Um grande volume de documentos e informações foi colhido na fase empírica do estudo. Embora os dados levantados ainda estejam sendo tabulados, foi possível apresentar as primeiras constatações da tese. Todavia, é importante salientar que as considerações apresentadas até o momento possuem carácter provisório. Elas serão aprofundadas e aprimoradas na medida em que os documentos forem analisados e os relatos transcritos.

Como vimos ao longo do artigo, esta pesquisa foi buscar nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) outros métodos de ensino, outras abordagens teóricas, práticas pedagógicas, autores e obras pouco conhecidos e, em muitos casos, desconhecidos no Brasil. Muitas vezes, ao longo deste percurso, este pesquisador foi advertido que poderia se frustrar: descobrir que simplesmente não há diferença entre ensinar Jornalismo no Brasil, em Angola, Moçambique ou Cabo Verde. O levantamento empírico poderia confirmar, como aponta Traquina (2013), que “os jornalistas partilham, com variações de intensidade, um sistema de valores que fornece uma identidade clara do profissional, de tal modo que a tribo jornalística é transnacional” (Traquina, 2013: 184). Se seguíssemos os passos do teórico português, talvez chegássemos à conclusão que, assim como os jornalistas possuem um enquadramento de referência para o exercício da profissão, professores de Jornalismo também formam uma comunidade

transnacional, ou seja, adotam estruturas curriculares, matrizes teóricas e práticas pedagógicas que se repetem no Brasil ou em África.

Ao realizar a pesquisa de campo nos PALOP, foi possível constatar que, de um modo geral, o processo de ensino-aprendizagem é realmente parecido. Afinal, algumas das influências brasileiras são também africanas. Entretanto, também foram identificadas singularidades das escolas de Jornalismo de África, que podem sim contribuir para o ensino do Jornalismo fora do continente africano. Um exemplo disso foram os encontros com a professora Conceição Neto, que dá aulas de Assessoria de Imprensa na Universidade Agostinho Neto, em Luanda. Formada na Rússia, ela tem uma concepção e uma abordagem teórica da área bastante diferente da que professores de Assessoria de Imprensa possuem no Brasil. Compartilhamos nossos Planos de Ensino e vimos o quanto tínhamos a aprender um com o outro.

Esta é a primeira pesquisa de caráter científico realizada no Brasil sobre a formação acadêmica dos jornalistas nos PALOP. Outros estudos similares têm sido realizados em cada país, mas ainda sem estabelecer conexão entre as diferentes realidades do ensino superior do Jornalismo no espaço africano lusófono. Somente em Angola, Moçambique e Cabo Verde foi possível ter a dimensão da complexidade deste estudo e da responsabilidade em produzir um mapeamento do ensino do Jornalismo que os próprios países ainda não possuem em profundidade, embora alguns estudos neste sentido já tenham sido iniciados por pesquisadores dos países africanos.

Longe da pretensão de produzir um trabalho prescritivo, que defina como deve ser o ensino do Jornalismo nos PALOP, este estudo não irá discutir se o ensino do Jornalismo em África é melhor ou pior que o brasileiro, tampouco estabelecer uma relação que defina o ensino do Jornalismo no Brasil como referência a ser seguida pelos cursos dos países africanos. Interessa saber o que temos de diferente e o que, nessa diferença, pode servir de inspiração para estimular novos debates e olhares para o campo da Pedagogia do Jornalismo.



## Referências

- ALLAM, Rasha (2017). Journalism education in Egypt: benchmarking academic development and professional needs. In: *Global journalism education: in the 21st century challenges & innovations*. Robyn S. Goodman e Elaine Steyn (edit.). Austin: Universidade do Texas.
- BENEYTO, Juan (1966). La enseñanza del periodismo. *Enciclopedia del Periodismo*. 4.ed. Ed. Noguer.
- BERGER, Guy (2011). What it means to work toward “Excellence” in African Journalism Education. In: *Journalism education, training and employment*. Nova York: Routledge.
- BOURDIEU, Pierre (1997). Sobre a televisão. Tradução: Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Zahar.
- CARVALHO, Paulo de (2002). Audiência de Media em Luanda. *Coleção Ensaio-13*. Luanda: Editorial Nzila.
- ÉVORA, Silvino Lopes (2018). *Comunicação social e cidadania*. Cidade da Praia: ISE Editorial.
- FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio (2011). *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. 2. Ed. – São Paulo: Paz e Terra.
- GABEL, Emile (1967). Formación de profesionales de la información para los países em vias de desarrollo. In: *Ciência y enseñanza del periodismo. Cuadernos del trabajo*. (p. 87-120) Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.
- GENRO FILHO, Adelmo (1987). *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- JOANGUETE, Celestino Vaz Tomás Jane (2013). *As mudanças para o jornalismo digital na imprensa pública e privada moçambicana: estudo comparativo dos jornais Notícias e @Verdade*. Braga. (Tese de Doutorado, Universidade do Minho)
- MEDITSCH, Eduardo (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Insular.
- MEDITSCH, Eduardo (2012). *Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da universidade e os obstáculos para sua realização*. Ed. Insular. Florianópolis.
- MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina de la Barrera; BETTI, Juliana Gobbi; BARCELOS, Marcelo (2018). *O Ensino do Jornalismo sob as Novas Diretrizes: miradas sobre projetos em implantação*. Florianópolis: Insular.
- MUHONGO, Orlando Victor (2017). *O impacto das telenovelas brasileiras nos luandenses*. Luanda: Editora Nefertiti.
- NAMBURETE, Eduardo; VIEIRA MARIO, Tomas (2001). Relatório final elaborado para o Projecto Desenvolvimento dos Media em Moçambique. In: *Seminário sobre o Ensino e a Formação em Jornalismo e*

Comunicação em Moçambique. Maputo.

NOGUERA, Renato (2014). O ensino de filosofia e a lei 10.639. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional.

RIBEIRO, Darcy (1969). A universidade necessária. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Fátima; SOPA, António (coord). (1996). 140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa.

ROCHA, Ilídio (2000). A imprensa de Moçambique: história e catálogo (1854-1975). Lisboa: Livros do Brasil.

RÜDIGER, Francisco (2017). Origens do pensamento acadêmico em Jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão. Florianópolis: Insular.

SANTOS, Pedro António dos (1992). Projeto de Cooperação Internacional AJGB-FENAJ-OIJ na área do ensino de comunicação social. Florianópolis: (Projeto Experimental de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina).

TOPUZ, Hifzi (1970). La formación de profesores de periodismo em Asia y Africa. (p. 147-154). In: Los profesores de peridismo. Cuadernos de Trabajo: Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.

TRAQUINA, Nelson (2013). Teorias do Jornalismo Vol. II: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 3.ed. Florianópolis: Insular.

UNESCO (2007). Modelo curricular da UNESCO para o ensino de jornalismo. Paris: UNESCO, de: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000151209\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000151209_por).

UNESCO (2009). The need for quality journalism education in Africa: building sustainable centres of excellence in Journalism education. Paris: UNESCO, de: [http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/In\\_Focus/Centres\\_of\\_Excellence\\_Initiative.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/In_Focus/Centres_of_Excellence_Initiative.pdf).

UNESCO (2013). Model curricula for journalism education: a compendium of new syllabi. Paris: UNESCO, de: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000221199>

UNESCO (2019). International Programme for the Development of Communication. Paris, de: <https://en.unesco.org/programme/ipdc/>.

USAID (2019). USAID history, de: <https://www.usaid.gov/who-we-are/usaaid-history>.

VASSOA, Afonso Vaz (2010). Comunicação social e relações interculturais: desafios e oportunidades da África contemporânea. Maputo: Ndira.